

The redescription of topography in the reinvention of place: three works by Álvaro Siza

PALAVRAS CHAVES • ESPAÇO PÚBLICO · DESENHO DO CHÃO · ÁLVARO SIZA · ARQUITECTURA PORTUGUESA · TOPOGRAFIA

KEYWORDS • PUBLIC PLACE · DESIGN OF GROUND · ÁLVARO SIZA · PORTUGUESE ARCHITECTURE · TOPOGRAPHY

A redescricao da topografia na reinvencao do lugar: três obras de Álvaro Siza

RODRIGO COELHO: <https://orcid.org/0000-0001-6361-3283> · Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto · rodrigo.coelho@arq.up.pt

Fecha de recepcion: 24 de marzo 2021 · Fecha de aceptacion: 27 noviembre 2021

RESUMO

Este texto procura essencialmente explorar em que medida a arquitectura –tendo em conta a sua condicao necessariamente mais objectual– e a terra, o chão –enquanto suporte de referencia qualquer acto arquitectónico– pode ser um tema de grande potencia e significado na construcao de espacos e configuracoes arquitectonicas de alcance urbano e paisagístico. Tomamos como referencia para analisar este tema algumas obras de Álvaro Siza, arquitecto que na sua já longa carreira nos desvenda, de forma recorrente, não apenas uma profunda e consciente relação entre arquitectura e chão, como uma interessante variedade no tratamento deste tema, o que no seu caso, está profundamente ligado às diferentes condicionantes que a natureza do sítio e do programa apresentam em cada projecto.

ABSTRACT

This text essentially seeks to explore the extent to which architecture –taking into account its necessarily more objectual condition– and the earth, the ground –as a reference support for any architectural operation– can be a theme of great power and significance in the construction of spaces and architectural configurations in urban and landscape scales. We take as a reference to analyze this theme some works by Álvaro Siza; an architect who, in his already long career, reveals to us, recurrently, not only a profound and conscious relationship between architecture and the ground, but also an interesting variety in the treatment of this theme, which, in his case, it is deeply related to the different constraints that the nature of the site and the program present in each project.

INTRODUÇÃO

Este texto procura essencialmente explorar em que medida a relação entre a arquitectura –tendo em conta a sua condicao necessariamente mais objectual– e a terra, o chão –enquanto suporte de referencia qualquer acto arquitectónico– pode ser um tema de grande potencia e significado na construcao de espacos e configuracoes arquitectonicas de alcance urbano e paisagístico.

Tomamos como referencia para analisar este tema algumas obras^[1] de Álvaro Siza, arquitecto que, na sua já longa carreira, nos desvenda com uma interessante variedade e de forma recorrente, uma profunda e consciente relação entre “arquitectura e chão”.

Talvez possamos encontrar a origem desta relação profunda e intensa na seguinte afirmacao de Álvaro Siza (2000, p.17): “A relação entre natureza e construcao é decisiva em arquitectura. Esta relação, fonte permanente de qualquer projecto, representa para mim como que uma obsessão; sempre

foi determinante no curso da história e apesar disso hoje tende a ser uma extincao progressiva”.

Será porventura, a partir desta declaracao que devemos, pelo menos em parte, entender como Álvaro Siza estabelece a relação entre a construcao e a geografia, ou o contexto natural, que lhe serve como um dispositivo ou como uma base para a re-descricao e reinvencao do lugar.

Convergindo com este entendimento de Siza, também Carlos Martí nos lembra, muito sabiamente, que cidade e natureza, arquitectura e suporte natural nunca se construíram de costas voltadas, e que os elementos geográficos são parte integrante da resposta arquitectónica na construcao da cidade e em particular dos seus espacos abertos^[2]. Os espacos públicos memoráveis, refere Martí a este respeito, não prescindem da geografia e da natureza na definicao da sua forma arquitectónica e são seguramente dos espacos mais perenes da cidade, justamente devido às relações profundas e significantes que a esse nível se estabelecem.

[1] Nesta seleccao, que se pretendeu restrita, foi tida em conta sobretudo a diversidade de programas, lugares e escalas, bem como os temas e variacoes que se verificam na transformacao no plano chão e na sua relação com o edificado.

[2] “Ao analisar a forma de relação dos humanos com a terra, damo-nos conta que, no seu sentido primigénio, natureza e cultura não se excluem nem se opõem, mas pelo contrário designam as duas faces de uma mesma realidade” (Martí Aris, 2005, p. 56).

1. Piscina das Marés (Álvaro Siza, Leça da Palmeira). Fonte: autor do artigo.

1. A PISCINA DE MARÉS: O NATURAL VERSUS O ARTIFICIAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA TOPOGRAFIA HÍBRIDA

As primeiras obras de Álvaro Siza (nomeadamente a Casa de Chá da Boa Nova, 1958-1963, ou a Piscina da Quinta Conceição, 1958-1965, ambas em Leça da Palmeira) já dão um sinal claro da vontade ou intenção de criar, a partir das condições geográficas do contexto, uma matriz projectual onde, claramente, se verifica uma pulsão pela redefinição da “cota zero”; mas talvez seja na Piscina das Marés, em Leça da Palmeira (1959-73), onde este tema é explorado de forma mais evidente.

Esta intenção é manifestada de forma clara pelo próprio Álvaro Siza (2000, p.25) quando afirma que neste projecto, desde cedo, se procurou uma arquitectura “(...) de grandes linhas, de paredes compridas, buscando um encontro com os rochedos no lugar adequado”. É muito significativa esta busca do encontro com os rochedos, sendo verificável quer na dimensão planimétrica, quer, sobretudo, na redefinição altimétrica, revelando-se neste caso de formas diferentes, desde operações de adição de elementos artificiais, até a operações de subtração e escavação.

Nesta medida, estamos perante uma obra que, antes de mais, constrói paisagem enquanto prolongamento da sua própria ideia de arquitetura. Como refere João Gomes da Silva (2016, p.74) “(...) as piscinas de Leça correspondem a uma “arquitetura de retenção”, onde se “opera a manipulação da topografia através do nivelamento de planos do solo, que constitui um momento fundamental na organização do espaço”.

Ao contrário da estratégia proposta para a casa de Chá da Boa Nova (1958-1963), onde a intervenção procura um equilíbrio tangível com a natureza, instalando-se num pequeno promontório, na Piscina de Leça (Siza, 2000, p. 27) “(...) o objectivo consistia em delinear, naquela imagem orgânica, uma geometria:



descobrir aquilo que estava disponível para receber a geometricidade” (FIGURA 1).

Rafael Moneo (2004, p. 213) sublinha justamente esta capacidade de Álvaro Siza tirar, nesta obra, partido do “encontro dos opostos”, traduzida na construção de um sistema de plataformas que “(...) modifica a percepção que tínhamos das rochas ao dotá-las de relevo que antes não tinham. As plataformas introduzem uma ordem horizontal na paisagem que antes não existia, que dialoga com o plano horizontal dos recintos que definem a piscinas”.

Esta vontade de criar uma nova topografia, uma “nova ordem horizontal na paisagem” (como refere Moneo) não foi naturalmente alheia, antes pelo contrário, à intenção explícita de criar um suporte qualificado para receber um programa com as características definidas, e que deveria proporcionar, a quem usaria ou percorreria os espaços, uma forte sensação de comunhão, apropriação, ou se quisermos aproximação à natureza.

Assim, a “piscina é um percurso”, como afirmou Pedro Vieira de Almeida (2016, p.52). Ou

se quisermos, como aponta William Curtis, o desafio é criar uma espécie de “teatro paisagístico” capaz de encorajar “diferentes espécies de reunião e de interação”; o que pressupôs, em boa medida, como aponta este autor, em dar forma a um percurso com um “carácter ritualista” – (...) em declive da terra para água, do betão para a rocha, das formalidades urbanas para o estado natural dos banhos” (Curtis, 2005, p.20-21).

Mas não deixa de ser surpreendente a amplitude da fronteira temporal e geográfica que Siza assume para a leitura do lugar e subsequente criação dessa ideia de percurso. Esta perspectiva alargada, que se define a sul pelo molhe do Porto industrial e a norte pela Capela e Casa de Chá da Boa Nova é aquela que, entre outras, é oferecida ao banhista que usufrui deste espaço^[3].

Kenneth Frampton (1989, p.177) ajuda-nos a entender e a decompor a estratégia projectual subjacente a esta fronteira física e conceptual alargada que Siza toma para trabalhar: (...) as piscinas de Leça –da terra até ao mar– dividem-se em cinco elementos sequenciais. São estes,

2. Piscina das Marés (Álvaro Siza, Leça da Palmeira). Fonte: autor do artigo.



a avenida marginal, o edifício dos balneários, a formação rochosa, as piscinas encastradas na rocha, e finalmente o próprio mar. Nesta topografia quase coreográfica um triângulo projetivo e intangível aponta o seu vértice para o mar”.

Com vista esse objectivo, e fundado numa relação de (apenas) aparente facilidade com o terreno natural, Siza trabalha sobretudo, “(...) com a estratificação, tanto no plano como na secção, recorrendo à abstracção não só para purificar características naturais, mas também para lhes fazer parcialmente contraste” (Curtis, 2005, p.21).

Esta estratégia verifica-se, desde logo, na resolução do acesso ao edifício, considerando uma diferença de cota de cerca de 2,20 metros entre a cota da rua e a cota da praia. Estabilizada a cota de entrada (através de uma operação de subtração que corresponde à rampa e espaço de antecâmara de acesso), o projecto desenvolve-se essencialmente, como observado por diferentes autores, ancorado na tensão e intencionalidade com que são desenhados os espaços e os percursos, através da criação de sensações de penumbra e clausura que, progressivamente, nos conduzem ao vasto espaço horizontal, ao encontro do mar e às rochas^[4].

A intervenção persegue “(...) um motivo tectónico essencial, que nos remete a cada instante para o confronto entre o homem e o poder telúrico da natureza” (Trigueiros, 1997, p. 82). Esta procura de inter-acção e diálogo com a natureza e em particular com as rochas, traduz-se em diferentes configurações que o plano do chão apresenta –em múltiplos caminhos, paredes, plataformas, escadas e parapeitos– transformando em muitos casos a natureza em geometria e artifício.

Entende-se assim a importância e alcance do plano do chão que, conjugando uma atenção à geografia, às condições de topográficas e ao enquadramento paisagístico, se concretiza num desenho e escolha de materiais de pavimento (resumido ao betão aparente), que enfatizam a relação telúrica^[5] (FIGURA 2) que o projecto persegue e concretiza (mas que não deixa igualmente de ser sensível aos aspetos climáticos, nomeadamente aos ventos que, no verão, sopram do quadrante norte com bastante violência). É de um rigor quase obsessivo o modo como Álvaro Siza estuda e descreve e justifica as cotas de implantação de muros e plataformas, o que lhe permite, para além de alcançar a “cota exata”, um conhecimento sistemático da geografia do lugar, visando o controlo das suas dimensões e qualidades através do desenho, e que se traduz na forma verdadeiramente rigorosa e simultaneamente delicada como o construído se encaixa entre as rochas salientes.

O princípio de desenho adoptado no percurso de aproximação aos tanques e espaços de solário (essencialmente através de escadas,

^[3] A escala, extensão e relações de perspectiva criadas, levam alguns autores (Gänshirt, C; Trigueiros, L, 2004, p. 54) a associar alguns aspectos da proposta ao desenho paisagístico barroco, aludindo neste caso à parede diagonal (que se implanta a 45° relativamente à zona de esplanada do café), a norte, onde se cria um espaço perspéctico encerrado pelo molhe do Porto, “conformando um triângulo com lados quilométricos”. Se parece ser inequívoca e intencional a relação que esta parede estabelece com o Porto de Leixões, ao desenhar o referido triângulo imaginário entre a esplanada, a piscina e o Porto, é importante lembrar que a sua presença se deve à igualmente inequívoca necessidade de protecção dos ventos de norte.

^[4] Pedro Vieira de Almeida (na revista *Arquitectura* nº 96 - Março-Abril 1967) foi dos primeiros autores a fazer notar a importância do tempo e da importância da ideia percurso no projecto das Piscinas de Leça, detalhando neste texto como se desenha o “progressivo libertar do utilizador através do percurso do além-vestiários” do qual o transeunte se desliza para fazer uma progressiva aproximação ao horizonte marítimo” (Almeida, 2016 p.53).

^[5] A este propósito será importante notar que sendo utilizada areia idêntica à da praia na constituição dos agregados dos novos elementos em betão, a sua cor confunde-se com a cor da areia granítica presente na praia, garantindo que os elementos contruídos se integrem “naturalmente” no lugar.

3. Piscina das Marés (Álvaro Siza, Leça da Palmeira). Fonte: autor do artigo.

plataformas), conduz à decomposição “controlada” de uma visão unitária do espaço onde se intervêm, procurando-se valorizar a individualidade de escalas, formas e episódios distintos reconhecíveis no local: (...) A pedra opõe-se ao betão, ao natural, opõe-se à geometria (...) reforçando cada elemento, natural agora visível, seleccionando, pedras, mar, areia que assumem para deixar ler toda a maravilha da natureza” (Seixas Lopes; Aires Mateus, 2016, p. 80)

Chegados ao limite, ou aos pontos de contacto com os planos de água “domesticados”, o desenho do chão adquire uma expressão mais potente e de contraste, pela introdução de espaços de natureza mais contemplativa ou de estadia, que nos proporcionam uma relação mais estabilizada e panorâmica com o lugar.

Nestes espaços de fronteira, a impressão é de que as estruturas murárias “completam” as reentrâncias criadas pelas rochas emergentes. Neste sentido, quer a piscina maior, quadrangular, quer a piscina infantil em forma de semi-círculo, se constituem por “nivelamento geométricos que contrastam expressivamente com a irregularidade das massas rochosas, desenhando na paisagem costeira uma estranha filigrana de rochas e muros que contém água” (Gomes Da Silva, 2016, p. 75).

É sobretudo neste momento de transição entre a terra firme e o oceano instável que compreendemos que nos encontramos numa topografia ambígua e complexa, “onde a natureza adquire ordem, o informe adquire significado, resultado da sobreposição de uma geometria que não se substitui a condição precedente, mas com ela desenha um lugar com evidência” (Seixas Lopes; Aires Mateus, 2016, p. 80) (FIGURA 3).

A beleza desta topografia re-inventada reside também na sua capacidade potenciar densas e irrepetíveis experiências de inter-acção social, fruição e apropriação do espaço geográfico, permitindo a criação de um espaço (colectivo) verdadeiramente agregador mas também



libertador, e que eleva a experiencição individual desta obra a uma dimensão quase mística/transcendental. Parafraseando Matilde Pessanha, estamos perante uma arquitectura que emoldura, monumentaliza, unindo o céu e a terra.

2. FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR PÚBLICO A PARTIR DA RE-INVENÇÃO DA TOPOGRAFIA

Se na Piscina de Leça percebemos de forma clara a relação de autonomia que os elementos artificiais conservam relativamente à natureza, em outros projectos de Álvaro Siza essa relação transforma-se, remetendo-nos para uma relação que se aproxima ao princípio da “topografia inventada”, e que resulta de uma intervenção mais profunda e estruturadora do plano de terra.

Essa é justamente a dimensão que Álvaro Siza parece perseguir no projecto da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP, 1986-1993). Aqui, como justamente assinala Peter Testa (1993, p.12), Álvaro Siza “(...) capta nos aspectos físicos do terreno a força daqueles trabalhos anteriores, nos quais a segregação de elementos estava implícita no conceito de edifício como topografia, partindo o projecto de um ponto zero da paisagem para tornar-se puro artifício” (FIGURA 4).

Na sua forma final, estamos assim perante uma proposta onde a manipulação da topografia é a origem e a essência do projecto, na medida em que é sobre este primeiro gesto arquitectónico primordial –de reinvenção da cota zero– que vai assentar o traçado regulador e a implantação e definição volumétrica do conjunto.

É sobre um extenso plano horizontal, referido em termos de cota, ao ponto de contacto com a rua do vértice do triângulo onde converge

4. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Álvaro Siza, Porto). Fonte: autor do artigo.
5. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Álvaro Siza, Porto). Fonte: autor do artigo.



a grande composição planimétrica a poente, que se configura o pátio central, que serve de referência à edificação dos quatro volumes brancos isolados que, voltados a sul e ligados por uma galeria à cota da rua, albergam as salas de aula.

Esta extensa plataforma horizontal, que constitui o coração da proposta, configura um espaço contido, mas simultaneamente fluido, que se abre às múltiplas relações e que se relaciona com condições topográficas e espaciais distintas nas diferentes direcções (FIGURA 5); como refere Alexandre Alves Costa (2003, p.31) trata-se de um espaço sem nenhuma neutralidade e que estimula a expressão livre da individualidade dos corpos no espaço, atores e não espectadores.

Desde logo, porque o extenso plano horizontal do pátio desdobra-se numa topografia que se abre à cidade e à geografia, promovendo uma contaminação das funções institucionais pela vida quotidiana, e criando espaços de grande informalidade e polivalência, abertos à complexidade, à imprevisibilidade e à conformação variável dos protagonistas que usam o espaço^[6].

Pátios, escadas, rampas, muros, bancos, zonas verdes e arborização (nova e pré-existente), estabelecem um conjunto de sistema de percursos e de espaços articulados, capazes de fundar uma urbanidade complexa e simultaneamente amável e serena, certamente ligada à coerência figurativa do espaço aberto e às qualidades do desenho do chão; os pavimentos, reduzidos a um leque reduzido e essencial, do ponto de vista dos materiais, são determinantes na leitura do espaço do *campus* e convidam aos diferentes percursos, às diferentes apropriações e relações com a geografia, esteja ela mais, ou menos próxima^[7].



^[6] Não deixa de ser relevante a natureza porosa e informal que este espaço assume enquanto espaço institucional, mas também enquanto espaço público. Esta é, aliás, uma posição defendida por autores da área da antropologia e da sociologia, como

Neste contexto é relevante o tratamento dado ao “vértice poente” da intervenção, onde a escala se torna mais humana e o chão se torna mais denso, desmultiplicando-se em bancos e pavimentos de diferente natureza que definem espaços de estadia (abrigados por árvores de grande porte) que se relacionam com programas e usos mais colectivos e abertos ao espaço urbano –como é o caso da cafetaria– anunciando igualmente um espaço de entrada no edifício, à cota baixa.

Já o desenvolvimento e desdobramento da extensa plataforma horizontal do pátio, a nascente, a partir da criação de um conjunto de socalcos, no sentido da aproximação, em “forma de acrópole, à da quinta da Póvoa” (Testa, 2003, p.70), constitui um exemplo claro de uma matriz espacial que estabelece múltiplas relações com a paisagem pré-existente; motivado, neste caso, pela necessidade de criar um momento de pausa entre o recinto onde se implantam as construções pré-existentes da Quinta da Póvoa e o Pavilhão Carlos Ramos (construído alguns anos antes pelo mesmo Álvaro Siza). Neste sentido, a nascente, o espaço torna-se expansivo e simultaneamente agregador, e, como sugere Peter Testa (2003, p.72), ao abrir-se superiormente em “direção à massiva parede de pedra que encerra a quinta da Póvoa, arrasta o palacete e o pavilhão para a sua família de formas”. E arrasta também a natureza –o imponente maciço arbóreo da

quinta– para o “interior” da nova esplanada arquitetural e geográfica que se transforma assim num artifício total.

Por fim importa assinalar que este “campo de espaço e luz” que foi inserido na topografia deve a sua génese a uma intenção declarada de inserir o campus no perfil da cidade, dispondo os espaços e os volumes por forma a manter aberta, a sul, a vista sobre o Rio. É também, ou sobretudo, deste ponto de vista que ganha sentido e expressão a dimensão topográfica da proposta, onde volumes brancos agarrados à extensa plataforma de nível e às demais plataformas estratificadas, emergem sobre o verde do plano inclinado da escarpa que desce em direção ao Rio. A este propósito será importante notar que, nas primeiras soluções, Siza começa por projetar uma forma compacta, organizada em redor de um pátio central regular, claramente referenciada a edifícios de escala e carácter mais massiva presentes na cidade, como é o caso Palácio Episcopal (projetado por Nasoni). Mas no seu desenvolvimento subsequente o projecto passa a conformar-se como um grande pátio de forma triangular, aberto sobre o Rio Douro, que se fecha a norte, a partir de um volume mais contínuo, ainda que quebrado, voltando as costas à auto-estrada.

A concepção ou, como já referido, reinvenção desta estrutura de espaços exteriores que sustenta e serve de base à implantação do conjunto, em particular o muro e as rampas topográficas de expressão mineral que ligam o pátio com as cotas superiores, contem a difícil qualidade de parecer uma topografia que sempre esteve ali, revelando-se assim, na aparência, uma topografia natural à qual a nova construção se adossa ou ajusta.

É esta capacidade de fazer parecer que o mais difícil e decisivo já pertencia aquele terreno, que faz desta topografia um componente fundador do gesto arquitectónico.

Por último, importa sublinhar o modo como esta obra vinca e descobre a predisposição do sítio para a fundação de um lugar urbano de excepção (e para a reinvenção do coletivo numa condição pós-urbana), construindo um lugar público que se instala numa zona não consolidada da cidade e que, a partir do seu desenho estratificado, permite a criação de um cenário topográfico através do qual se move o espectador (FIGURA 6), inventando nexos e possibilidades de relação e articulação entre as diferentes partes que compõem a cidade mais dispersa. Como refere Testa (2003, p.76), estaremos porventura perante uma “(...) arquitetura nova –produto de uma união quimérica de forças– que reinventa o coletivo numa condição pós-urbana, à qual faltam centros sociais e políticos. Não sendo um símbolo da cidade insular da antiguidade, nem a cidade aberta ideal, a Faculdade de Arquitectura e todas as obras de Siza, transcendem auto-suficiência para suportar a vida urbana e suas transformações”. Em certo sentido Testa alude à operação de re-descrição do lugar que permite a reinvenção do coletivo numa condição pós-urbana e que permite desvelar a vocação do sítio, enquanto lugar geográfico que, como refere Carlos Martí (1999, p.55), “o homem pode desentranhar e descobrir mas nunca inventar”).

Assim, o projecto da Faculdade de Arquitectura do Porto assume-se como um lugar que resulta de uma síntese equilibrada e interdependente entre arquitectura e espaço aberto, fortemente ancorada numa leitura urbana, geográfica e topográfica do sítio; uma síntese arquitectónica que é capaz de estabelecer, ou fundar, um conjunto estruturado e vertebrador da forma urbana, onde as relações de continuidade do espaço público (e da vivência que gera) são fundamentalmente decorrentes da forma como se modela a linha do chão, ou se quisermos, a massa geológica, com vista ao estabelecimento de relações de continuidade e de percursos e conexões com a cidade envolvente.

Manuel Delgado, Jean Remy, ou Isaac Joseph, que destacam e valorizam esta natureza informal que os espaços (públicos) hoje admitem, enquanto espaços (e tempos) neutros, não associados a actividades precisas, pouco ou nada definidos, disponíveis para que neles se produza o que é ao mesmo tempo o mais essencial e trivial da vida quotidiana (Delgado, 1999, p. 37).

[7] Estas qualidades vêm-se reforçadas pelo modo e intencionalidade com que este sistema de espaços exteriores complexo se relaciona funcional e visualmente com o espaço interior e a rede de espaços e comunicações internas, que, por sua vez, conformam igualmente espaços de encontro, cruzamento e sociabilidade.

6. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Álvaro Siza, Porto). Fonte: autor do artigo.



reside em construir casas, mas comunidades” (Siza, 1992, p. 79)

O Plano traduz-se, na sua forma geral, como um conjunto de quatro grandes mosaicos construídos de forma relativamente compacta (sectores A, B, C e D) a serem executados de forma faseada) que, articulando-se com as principais vias que o plano definiu e estabelecendo um diálogo com os elementos construídos pré-existentes, se espraiam pelo terreno de forma descontínua, procurando dominar os limites da área do Plano. O terreno escolhido para esta expansão urbana, localizada a poente da cidade, apresentava uma geometria e topografia irregulares (denunciando pontos de cota mais elevada a noroeste), sendo a área do Plano atravessada no sentido noroeste-sudeste por uma linha de água (a Ribeira do Torgela) e encontrando-se a sul, a poente e a nascente, ladeada de construções clandestinas ou de carácter espontâneo, mas também de quintas de produção agrícola.

Do ponto de vista morfológico e usando as palavras de Siza (1987, p.40), a proposta traduz-se numa “(...) expansão de baixa altura, adaptando-se à topografia de suaves pendentes que se estende densa e contínua, até à muralha e à colina da cidade (...)”.

Siza avança assim para a configuração deste desenho do chão sabendo que a manutenção (no essencial) da topografia original e que construir “segundo a forma do terreno” (por razões ligadas à economia de meios, recursos disponíveis no local) lhe permitiriam vincular coisas diferentes e estabelecer simultaneamente uma ordem perene e visível, mas aberta à transformação.

3. BAIRRO DA MALAGUEIRA: “CONSTRUIR SEGUINDO A FORMA DO TERRENO” - REALISMO E ABSTRAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA EXPANSÃO URBANA

A sabedoria e capacidade de Álvaro Siza trabalhar o plano do chão na grande escala e na criação de grandes recintos abertos à paisagem, é colocada à prova no projecto do Bairro da Malagueira, na cidade de Évora, que envolve, mais uma vez, a (re)consideração conceptual e geográfica da linha de terra. Mais uma vez, a leitura das circunstâncias, da realidade, em particular a topográfica e do chão pré-existente, constitui o ponto de partida para

construção das bases ou fundações sobre a qual se iriam construir as 1200 casas previstas no plano^[8].

Isto é, Siza, fiel ao seu habitual “procedimento inicial”, realiza de forma sistemática o conhecimento amplo e profundo dos espaços e das vivências “pré-existentes”^[9]. Este é o passo metodológico que permite a Álvaro Siza configurar e urbanizar um novo território que garantisse às pessoas que aí habitassem uma estrutura de base capaz de assimilar as mudanças da vida e a elas resistir. Neste sentido, Siza está interessado na vida que se pode ou se deve gerar nos espaços urbanos que o Plano prevê, adiantando, aliás, que “a dificuldade não

^[8] “O arquiteto imagina o pó e os tripés dos topógrafos, os sobreiros tombando de asas abertas. (...) O que imagina torna-se presente e tomba sobre o chão ondulado, como um lençol branco e pesado, revelando mil coisas a que ninguém prestava atenção: rochas emergentes, árvores, muros e caminhos de pé posto, tanques, depósitos e sulcos de água, construções em ruínas e esqueletos de animais” (Siza, 1994, p. 69).

^[9] “(...) de uma realidade espontânea, resultante de tendências de transformação e de uma adaptação secular ao meio, presente na cidade intramuros e do contacto directo com as populações a alojar (...)” (Siza, 1979, p. 40).

7. Bairro da Malagueira (Álvaro Siza, Évora). Fonte: autor do artigo.

O “novo chão” concebe-se não como um modelo único de espaço público, mas como uma composição de espaços abertos que permitam a convivência entre diferentes tipos de espaço público (novos e pré-existentes) e entre diferentes contextos e formas construídas, que se materializarão de forma faseada num arco temporal relativamente longo.

Neste sistema de espaço público que integra diferentes componentes e escalas, há, contudo, um princípio que se mantém e que é seguido em quase todas as situações, que é o princípio de adequação das ruas e das construções ao terreno (FIGURA 7).

O mesmo princípio podemos ver reflectido no extremo cuidado e rigor com que (simultaneamente) se procede à implantação dos sectores construídos, procurando evitar-se grandes movimentos de terras, preservando-se assim a topografia original, as linhas de drenagem do terreno e as linhas de água^[10].

Os sectores edificados, constituídos por quarteirões dispostos perpendicularmente às vias principais que os organizam, geram-se pela associação de habitações em banda (segundo a repetição de um módulo base de 8x12 metros), que se vai ajustando à orografia do terreno, dando assim origem a uma silhueta variada das massas construídas em planta e em perfil^[11].

A rua de seis metros de largura, sem passeio e acompanhando o terreno, serve de base à associação em banda de casas pátio, que, adoptando diferentes combinações, conformam um tecido contínuo que garante a coesão e a legibilidade do espaço público do Bairro.

É nesta materialização crua e precisa, e simultaneamente porosa, dos limites entre a



rua e as casas, entre o individual e o colectivo (cuja origem e expressão podemos seguramente encontrar na arquitectura popular alentejana), que se concretiza, numa primeira instância, a forte intenção manifestada pelo projecto de se constituir, em primeiro lugar, como um suporte efectivo e significativo da vida comunitária. Como salientou William Curtis (2005, p. 22), ao usar estes meios limitados, no que podemos chamar espaço público primário do bairro, Siza “(...) tentou definir um novo sentido da densidade urbana que poderia responder de forma realista a mudança social,

enquanto evitava a “anemia” do bloco livre e o desperdício do espalhar Suburbano”.

Em contraste a esta ordem comum “elementar” da rua –que rege a composição do espaço urbano do Bairro, surge a escala vasta e a natureza aberta do grande espaço verde central– o parque urbano (FIGURA 8).

Seguindo a topografia e apoiando-se nos vestígios e elementos pré-existentes (rochas, poços, árvores, construções arruinadas, etc.), o parque urbano é concebido como a

[10] Relativamente a este aspecto específico do projecto da Malagueira, numa entrevista a Laurent Beaudoin, Siza afirma: “O sentido transversal das ruas segue uma lógica geral em relação ao problema da drenagem. Não existem canalizações, já que todas as ruas seguem as pendentes naturais, e levam a água até um riacho existente, e depois até ao dique, que forma um plano de água. (Siza, 1997, p.114).

[11] Como observa Rafael Moneo “(...) as construções de Siza apresentam-se assim como um manto arquitectónico que completa ao território, e é a peculiaridade deste território, presente nas ondulações da sua topografia, a que se manifesta numa arquitetura intrinsecamente diversa e variada, que desfruta da mesma virtude ou condição pitoresca que tantas vezes admiramos nas arquitecturas vernáculas” (Moneo, 2004, p. 234).

8. Bairro da Malagueira (Álvaro Siza, Évora). Fonte: autor do artigo.

9. Bairro da Malagueira (Álvaro Siza, Évora). Fonte: autor do artigo.



principal referência colectiva do bairro (com o qual dialogam e ao qual se referenciam os diferentes núcleos compactos), ao mesmo tempo que estabelece uma relação filtrada, mas significativa, com o território e a cidade envolventes.

Num segundo nível de leitura, verificamos que esta integração do parque (com as massas edificadas propostas e pré-existentes) se concretiza, também, através dos espaços abertos de excepção e de escala intermédia que visam uma integração coerente do construído no natural.

Neste contexto é fundamental o papel desempenhado pelo sistema de condutas criado que, se na sua origem, foi entendida como uma espécie de “infra-estrutura territorial de serviço” (Molteni, 1997, p. 23), numa segunda leitura extravasa a sua função técnica, funcionando, como um esqueleto ou sistema morfológico de referência, assumindo-se em muitas situações como um pórtico percorrível, que garante a protecção do sol e da chuva que corporiza, deste modo, uma matriz espacial contínua, fundamental da vivência do espaço público (FIGURA 9).

Se a conduta se revela o principal elemento de referência para a articulação entre os espaços públicos de dimensão mais urbana (ou até territorial) e o tecido edificado, permitindo estas duas ordens e escalas dialogar, é igualmente vital para a vivência colectiva do bairro a presença de outros espaços públicos intermédios, cuja importância se pode ler, fundamentalmente, na caracterização de situações de excepção.

Este sistema é composto por espaços que pertencem a sub-conjuntos com naturezas distintas: um sub-conjunto que integra espaços e tipologias claramente referenciáveis à cidade tradicional –a rua coberta, a porta, a praça, o largo, o pátio, a travessa, o jardim– que configura um sistema de espaços públicos contínuo e diversificado, que se revela fundamental na articulação com



10. Bairro da Malagueira (Álvaro Siza, Évora). Fonte: autor do artigo.

algumas estruturas edificadas pré-existentes (nomeadamente com os bairros clandestinos).

Integrada ainda neste sistema de espaços públicos intermédios, podemos detectar um segundo sub-conjunto de espaços de natureza mais artificial (ou se quisermos mais abstracta) que surgem associados a situações de maior excepcionalidade e que merecem um tratamento especial por parte do projecto de espaços exteriores.

No desenho deste segundo conjunto de espaços públicos Siza não prescinde de gestos mais impositivos, ou de uma manipulação mais afirmativa e artificial do plano horizontal. Segundo Álvaro Siza (1997, p. 113), tratam-se de espaços públicos, ou "(...) formas geométricas horizontais que surgem a partir deste princípio de adaptação às ondulações e que correspondem a acontecimentos importantes na divisão do espaço. Quando no final de uma fileira de casas encontramos um espaço aberto que se volta à paisagem, aparecem por vezes formas que se impõe à topografia, que adquirem uma certa autonomia: são esses lugares em que, por relações por razões de relação com a paisagem, devido à importância do programa, os vínculos com a natureza se tornam menos diretos" (FIGURA 10).

A este propósito, julgamos pertinente a referência a dois espaços públicos que, no contexto do novo bairro, se individualizam pelo seu carácter excepcional, onde o plano do chão se caracteriza, tal como é referido na memória descritiva (Siza; Gomes Da Silva, 1987, p.11), por uma condição mais artificial e construída, em oposição a lugares naturais.

O primeiro exemplo é o Jardim das Fontes, também conhecido como o Jardim dos Socialcos. Delimitado por muros de tijolo à vista, este espaço remete-nos para a construção de um espaço com características formais, funcionais e simbólicas que associamos ao arquétipo do jardim, onde a presença de arborização (como ciprestes, palmeiras e magnólias) e da água (e dos restantes elementos



formais que lhe estão associados) constituem os principais elementos da sua construção e desenho. Com uma configuração geométrica de base rectangular, e acompanhando a topografia, o jardim desenvolve-se em plataformas (revestidas a terra batida) que estabelecem um percurso que desce suavemente em direcção a nascente, pontuado por elementos (fontes, árvores, desenho de contorno dos canteiros) que reforçam a sua organização axial.

O segundo sector de espaço público de perfil mais desenhado e que assumidamente estabelece uma relação de manipulação ou artificialização do plano de terra, podemos encontrá-lo no limite poente do Bairro. Constituído pelo lago, parque ajardinado, dique, anfiteatro e praça, este conjunto deve a sua importância e singularidade não apenas à presença da linha de água, mas sobretudo à sua localização estratégica no Bairro, afirmando-se como o seu principal ponto de entrada e como principal espaço de articulação com a cidade mais consolidada.

Aberto a sul e definindo um importante percurso pedonal, que reforça o sentido de ligação que este percurso teve no passado (entre os Bairros de Santa Maria e Senhora da Glória), a presença do dique introduz neste sector do parque uma ordem geométrica e arquitectónica muito precisas (que se materializa na marcação horizontal do seu volume construído em peças de tijolo maciço à vista e granito) (FIGURA 11).

As diferentes atitudes e graus de interacção ou manipulação do chão que observamos no Bairro da Malagueira revelam a sabedoria de um projecto urbano realizado com os "pés no terreno", onde o arquitecto estabelece uma leitura criteriosa das pré-existências e da morfologia do terreno, que permite a ancoragem da sua arquitectura e dos seus espaços abertos à natureza primigénia, sabendo onde e quando é "necessário" manipular e re-inventar o chão.

Mas esta re-invenção, sensível e pragmática, não deixa de afirmar, antes pelo contrário, a

11. Bairro da Malagueira (Álvaro Siza, Évora). Fonte: autor do artigo.

importância de reconsiderar e reinterpretar modelos, princípios e regras ancestrais de configuração da cidade e consequentemente do espaço público (como a consideração da topografia e da geografia do lugar), que neste caso se voltam a revelar as nossas referências mais seguras, quando confrontados com o problema de preparar o chão e a estrutura espacial sob o qual novas casas e novas comunidades vão nascer.

Deste ponto de vista entendemos que a visível adesão dos habitantes ao Bairro ao espaço público que pisam, resulta do reconhecimento da dimensão colectiva que, nas várias escalas de apropriação, impregna as intervenções, afirmando uma urbanidade muito própria, fiel, no entanto, quer à contemporaneidade quer à identidade social e cultural específicas do bairro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma muito distinta, em qualquer destas três obras, com escalas, programas e contextos muito diferentes, podemos reconhecer uma dependência ou vínculo profundo da arquitectura produzida por Álvaro Siza relativamente ao chão, ao terreno sobre o qual se implanta. O primeiro gesto de projecto parece, quase sempre, partir daí, da necessidade de controlar e preparar o chão para o que vem depois, revelando, em toda a sua extensão, a ancoragem da arquitectura ao lugar.

Trata-se assim de preparar e criar raízes para a que obra, enquanto conjunto que vive de uma relação entre cheios e vazios, possa manifestar-se de forma plena, articulada e interdependente; trata-se por outro lado, voltando à citação inicial do artigo, de dar valor e sentido à *relação entre natureza e construção*, mas também preparar as bases para que a escala da arquitectura se adapte à escala humana.

Esta breve e sintética incursão à diversidade de abordagens que a obra de Álvaro Siza revela relativamente ao chão e à “linha de



terra^[12], tem, cremos, claras raízes na forma de edificar que se manifesta na arquitectura popular portuguesa (e também na concebida por arquitectos), no que diz respeito à forma como se processa o contacto do espaço exterior e da forma edificada com o terreno onde se implantam. Referimo-nos concretamente a uma manipulação sensível no chão, como primeira certeza para uma inter-acção, ou se quisermos enraizamento profundo, da arquitectura com o lugar e com as qualidades espaciais e paisagísticas do sítio, e que de modo indelével definem o carácter da obra. Esta atitude não é naturalmente exclusiva da arquitectura portuguesa e refere-se num espectro mais amplo a um modo de pensar a construir a arquitectura

próprio à cultura mediterrânica que se expressa, como refere Gonçalo Byrne (2008, p.6), no sincretismo formal especialmente sensível aos lugares.

Da leitura destas três obras foi possível entender que são exemplos, que evidenciando toda a sua força na construção, assumem o desenho do chão como uma “abstracção que organiza, controla e revela, em todas as escalas, uma síntese pertinente” (Seixas Lopes, D; Aires Mateus, 2016, p. 80), mas simultaneamente permite o encontro de opostos.

É de facto a partir do plano do chão que Siza manipula que o natural adquire ordem, o

[12] Como já havíamos referido, a escolha destas três obras teve sobretudo como critério de base a diversidade de programas e de escalas e de contexto, sendo alguns destes princípios igualmente verificáveis em projectos como o Museu Galego de Arte Contemporânea, em Santiago de Compostela (1988-93), ou na Igreja do Marco de Canaveses (1990-97).

informe significado, e que se criam os campos de espaço e luz a que atrás aludíamos, seguindo Curtis. Por este motivo Álvaro Siza é um exímio construtor de paisagem, enquanto prolongamento da sua própria ideia de arquitetura.

Estamos, seguramente, perante uma atitude senão antagónica, pelo menos resistente e que se diferencia de propostas que deslaçam os lugares e os saturam com gestos icónicos, cuja indiferença ao contexto e ao chão, se caracteriza pelo desprendimento desses objectos ao lugar onde se implantam.

Em Siza, pelo contrário, esse gesto de enraizamento em relação ao chão da cidade, ao espaço público, é sempre primordial e realizado com uma precisão depurada e límpida, mesmo se informada de uma grande complexidade. É um gesto de um construtor de arquitetura, de cidade e paisagem, que sabe que a relação entre natureza e construção e entre a arquitetura e o chão –em continuidade com a cultura do lugar– é aquele que abre caminho para a construção da cidade e de uma urbanidade que se torna mais rica e estimulante, na medida em que relaciona o passado e o presente e o futuro.

REFERÊNCIAS

- Alves Costa, A. (2003). Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto, em A. Siza, A., A. Dias, (coord). *Edifício da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto: Percursos do Projecto*. (pp-23-34). Faup Publicações
- Byrne, G. (2008). La Arquitectura de Paulo David. Um archipiélago de pensamentos. *2G: Revista Internacional de Arquitectura*, 47, 4-7.
- Curtis, W. (1995). Álvaro Siza: Paisagens Urbanas, em P. De Llano, P., C. Castanheira, C. (ed.), *Álvaro Siza: obras e projectos* (pp. 19-25). C.G.A.C.
- Da Silva, J. G. (2016). A Experiência da Costa de Leça, em M. Toussaint, M. MELO (coord). *Piscina na praia de Leça: a pool on the beach* (pp. 69-75). A+A books,
- Fleck, B. (1992). “Évora”, em *Álvaro Siza* (pp. 66-79). Relógio d’Água.
- Frampton, K. (1989). The Architecture of Álvaro Siza. *a+u Alvaro Siza, 1954-1988*, 177-186.
- Martí Aris, C. (1999). La Construcción de los Lugares Públicos, Notas para una Etimología de la Forma Urbana”. *Arquitectos*, 152, 52-57.
- Martí Aris, C. (2005). *La Cimbra y el Arco*. Fundación Caja de Arquitectos.
- Molteni, E. (1997). *Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira, Évora*. Edicions UPC.
- Moneo, R. (2004). *Inquietud Teórica y Estrategia Proyectual en la Obra de Ocho Arquitectos Contemporáneos*. Actar.
- Muro, C. (ed.) (1994). *Álvaro Siza: escritos*. UPC.
- Seixas Lopes, D. & Mateus, M. (2016). Sobre a Piscina de Leça, em M. Toussaint, M. Melo (coord). *Piscina na praia de Leça: a pool on the beach* (pp. 79-81). A+A books
- Siza, A. (2000). *Imaginar a evidência*. Edições 70.
- Siza, A. (1997). Álvaro Siza entrevistado por Laurent Beaudoin, em E. Molteni, *Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira, Évora* (pp. 113-114). Edicions UPC.
- Siza, A. (1979). Plano de Pormenor para a Zona da Malagueira, Évora. *Arquitectura*, nº 132,34-49.
- Siza, A. & Gomes Da Silva, J. (1987). *Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores* que acompanha o Plano de Pormenor da Malagueira, documento policopiado.
- Testa, P. (1933). Álvaro Siza: arquitecto de la sensación, em J.P. Dos Santos, (coord.). *Álvaro Siza: obras y proyectos, 1954-1992* (pp. 10-15). Gustavo Gili.
- Trigueiros, L. (Ed) (2004). *Piscina na praia de Leça de Palmeira: 1959-1973*. Editorial Blau.
- Vieira De Almeida, P. (2016). Uma análise da obra de Siza Vieira, Em M. Toussaint; M. MELO, (coord), *Piscina na praia de Leça: a pool on the beach* (pp. 51-56). A+A books.
- Testa, P. (2003). Espaço Evolucionário. Projectar a Escola de Arquitectura do Porto, em A. Siza; A. Dias (Coord). *Edifício da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto: Percursos do Projecto* (pp. 67-80). Faup Publicações.